

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARILEI GARCIA RIBEIRO

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:
UM DESAFIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CURITIBA

2011

MARILEI GARCIA RIBEIRO

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:
UM DESAFIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu Mídias Integradas na Educação, Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

Profª Orientadora: Gislaine Patrícia Marques Gregório

CURITIBA

2011

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A minha família.

Aos colegas do curso.

Em especial a minha tutora/orientadora Gislaine Patrícia Marques Gregório, pela dedicação, carinho e que em tantos momentos me motivou e em outros me tolerou.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como principais objetivos apresentar um breve histórico da Educação a Distância (EaD) no Brasil, ilustrar a nova estrutura da CAPES em virtude da inserção da EaD no seu organograma, focar os referenciais de qualidade que norteiam esta modalidade de ensino, evidenciar a educação a distância e sua contribuição na mudança de paradigmas educacionais na formação de professores, verificar a possibilidade da modalidade como processo de democratização do acesso ao ensino superior e a formação de professores através da modalidade de educação a distância intermediada pelo sistema Universidade Aberta do Brasil. Para tal, utilizou-se de pesquisas bibliográficas de diversos autores e aplicação de questionários a alunos do curso a distância de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso Sul com intuito de coletar informações sobre motivação para a escolha da EaD, nível de satisfação quanto a importância e eficiência desta modalidade de ensino no Brasil.

Palavras-chave: Educação a Distância. Formação de professores. Universidade Aberta do Brasil.

ABSTRACT

This Conclusion of Course's main objectives are to present a brief history of Distance Education (EAD) in Brazil, illustrate the new structure of CAPES because of insertion of distance education in its organizational structure, focus on the quality guidelines that govern this type of education, to highlight the distance education and its contribution to the paradigm shift in education in teacher training, testing the feasibility of the method as a process of democratizing access to higher education and teacher training through the sport of distance learning mediated by the Open University Brazil. To this end, we used the research literature by various authors and questionnaires to students of the distance of Education, Federal University of Mato Grosso do Sul this institution with the purpose to collect information about motivation for the choice of distance, level of satisfaction the importance and effectiveness of this mode of teaching in the classroom Brazil.

Key-words: Distance education. Teacher education. Open University of Brazil.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESTRUTURA DA CAPES.....	18
FIGURA 2 – FORMA DE ARTICULAÇÃO ENTRE UAB, INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E PÓLOS.....	19
FIGURA 3 – PLATAFORMA PAULO FREIRE.....	20

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	9
2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DSITÂNCIA NO BRASIL	11
2.3 A UNIVERSIDADE ABERTA NO BRASIL	15
2.3.1 Estrutura da CAPES.....	18
2.3.2 Dados Atuais da Universidade Aberta do Brasil	18
2.3.3 Forma de Articulação entre UAB, Instituições de Ensino Superior e Pólos....	19
2.3.4 Plano Nacional de Formação de Professores	19
3 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25
APÊNDICES	27

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo, em que o conhecimento evolui de forma dinâmica e rápida, nos remete a uma educação voltada para a autonomia, que implica uma metodologia do aprender a aprender.

A educação a distância vem crescendo rapidamente em todo o mundo. Incentivados pelas possibilidades decorrentes das novas Tecnologias da Informação e das Comunicações – TICs, cada vez mais cidadãos e instituições vêm nessa forma de educação um meio de democratizar o acesso ao conhecimento e de expandir oportunidades de trabalho e aprendizagem ao longo da vida.

Desta forma, este Trabalho de Conclusão de Curso acerca da temática “Educação a Distância: Um Desafio na Formação de Professores” é o resultado de pesquisas que levaram em consideração os seguintes questionamentos: no contexto da melhoria da qualidade da educação no Brasil, a formação do professor é fundamental? Considerando-se as inovações educacionais permitidas pelas tecnologias de informação e comunicação é possível formar professores, pela inclusão digital e midiática, bem como pelas novas tendências para a modalidade de educação a distância?

O objetivo geral da pesquisa foi o de contribuir para o debate sobre a oferta de educação superior e a formação de professores por meio da modalidade de educação a distância, relatar o histórico da educação a distância no Brasil, observar a importância das mídias nesse processo e verificar se a educação a distância pode ser um processo de democratização do acesso ao ensino superior .

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O conceito de educação a distância compreende uma enorme gama de informações e variáveis e essas variáveis só contribuem para diversificar as definições do que se pode entender por educação a distância e para compreender a modalidade é necessário saber alguns de seus conceitos.

Segundo Moran (2002): “a educação a distância fundamenta-se no seguinte: Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e estudantes estão separados espacial e/ou temporalmente”. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias.

Entre tantas definições de educação a distância, pode-se citar a de Desmond Keegan, que afirma que o ensino a distância é o tipo de instrução em que as condutas docentes acontecem à parte das discentes, de tal maneira que a comunicação entre professor e aluno se possa realizar mediante textos impressos, por meios eletrônicos, mecânicos ou por outras técnicas (apud NUNES, 1992).

Já Peters (1973) define a educação a distância como um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, com uso extensivo dos meios de comunicação, levando em conta principalmente a reprodução de material técnico com qualidade, o que torna possível atingir um grande contingente de educandos ao mesmo tempo, seria uma forma de industrializar a educação.

Por outro lado, Holmberg (1977) diz que o nomenclatura “educação a distância” oculta-se sob as mais variadas formas de estudo, mesmo o aluno não estando sob a supervisão de tutores a aprendizagem acontece.

Portanto, pode-se concluir que existem alguns elementos fundamentais para uma clara definição de educação a distância, segundo Moore e Kearsley (1996). São eles:

- a) separação entre estudante e professor;
- b) influência de uma organização educacional, especialmente no planejamento e na preparação dos materiais de aprendizado;

- c) uso de meios técnicos – mídias;
- d) providências para a comunicação em duas vias;
- e) possibilidade de seminários;
- f) participação na forma mais industrial de Educação.

Porém, Moore e Kearsley (1996) redefiniram a educação a distância levando em consideração a importância dos meios de comunicação e as tecnologias disponíveis bem como a estrutura organizacional e administrativa específica para a modalidade e dizem:

Educação a distância é o aprendizado planejado que normalmente ocorre em lugar diverso do professor e como consequência requer técnicas especiais de planejamento de curso, técnicas instrucionais especiais, métodos especiais de comunicação, eletrônicos ou outros, bem como a estrutura organizacional e administrativa específica (Moore e Kearsley, 1996, p. 2).

Dessa forma, percebe-se que a modalidade de educação a distância é possível e tem como característica a utilização de tecnologias de comunicação e informação e normalmente acontecem no tempo e espaço diferentemente para cada aluno que a compõe.

Aretio (1997) refere-se à modalidade a distância como um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que estabelece relações dialógicas e criativas e que pode atingir grandes massas substituindo as relações pessoais entre professor e aluno na sala de aula privilegiando os vários recursos didáticos com apoio de uma organização e tutoria que favorecem uma aprendizagem com autonomia e flexibilidade.

A legislação brasileira fornece uma definição de educação a distância através do artigo 1º do Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998:

Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (BRASIL, 1998).

Portanto, as mais variadas definições de educação a distância, possibilitam verificar que, cada uma dessas definições corresponde a um contexto histórico-social do momento em que foi elaborada ou então está vinculada a um contexto institucional.

2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A história da Educação a Distância (EaD) no Brasil e no mundo é muito interessante, segundo Pimentel (2008), onde o conhecimento de sua história permite uma melhor percepção de sua utilidade na sociedade do conhecimento e da informação. Diz Tavares em uma carta aos alunos da Universidade Aberta de Portugal (2001):

No mundo atual em que se fala de globalização, não só econômica, mas também cultural e educacional, o ensino a distância, na sua dupla vertente tradicional e virtual (ou e-learning), apresenta-se como o ensino do futuro e para um futuro que se perspectiva de grande investimento na educação ao longo da vida, centrada no aprendiz e em que o docente é mais um orientador de percursos de aprendizagens auto geridas por cada um dos estudantes, do que um professor ex cathedra perante uma turma de estudantes que o seguem. É, por isto, que o ensino a distância se distingue do ensino presencial: pela sua flexibilidade curricular, pela existência de módulos creditáveis – quer estejam integrados num curso de graduação ou de pós-graduação, quer disponibilizados em disciplinas singulares (TAVARES, 2001, s/p).

Dessa forma, percebe-se que o ensino a distância proporciona ao aluno amplas possibilidades, onde ele, o aluno é o centro do processo de apreensão de conhecimentos e ao mesmo tempo gerente de seu próprio percurso educacional.

A modalidade de Ensino a Distância, conhecida também como Teleducação, em sua forma empírica e elementar, é aceita desde o século XIX, porém, somente nas últimas décadas passou a fazer parte das atenções governamentais para suas vastas possibilidades pedagógicas. A EaD surgiu da necessidade de preparar cultural e profissionalmente milhões de pessoas que por várias razões, não puderam frequentar os bancos das escolas regulares e evoluiu com as tecnologia de informação e comunicação disponíveis em momento histórico e que influenciaram o espaço educativo e a sociedade.

Existia, inicialmente na Grécia, e depois em Roma uma rede de comunicação que permitia o desenvolvimento significativo de correspondência. Segundo Pimentel (2008), as cartas comunicando informações científicas inauguraram uma nova era na arte de ensinar

Pimentel (2008) diz ainda que em 1833, um anúncio publicado na Suécia já se referia ao ensino por correspondência, e na Inglaterra, em 1840, Isaac Pitman sintetizou os princípios de taquigrafia em cartões postais que trocava com seus

alunos. No entanto, o desenvolvimento de uma ação institucionalizada de educação a distância teve início a partir da metade do século XIX.

No fim da primeira guerra mundial, surgiram novas iniciativas de ensino a distância, segundo Pimentel (2008, p. 17), em virtude do considerável aumento da demanda social por educação, confirmando as palavras de William Harper, escrita em 1886: “Chegará o dia em que o volume da instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que o número de estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais”.

Esta citação parece até profética dada a proporção que o ensino a distância toma atualmente.

Com o aprimoramento dos serviços prestados pelos correios, a agilidade dos meios de transportes no início do século XIX e, principalmente, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação influenciaram de forma decisiva na ampliação e propagação da educação a distância mundo afora.

A partir de então, iniciou-se o emprego de um novo meio de comunicação mais abrangente ainda, o rádio, utilizado para a transmissão de conhecimento e inclui o ensino formal com êxito em algumas experiências, tanto no Brasil como em outros países.

Após as décadas de 1960 e 1970, mesmo mantendo como principal material pedagógico o texto escrito, a educação a distância passa a incorporar novas ferramentas de forma articulada e associada ao texto que são: o áudio e o videocassete, as transmissões de rádio e TV e mais recentemente as tecnologias multimídias que envolvem as mais diversas alternativas de estudos como hipertextos, imagens, sons, vídeos, etc.. Essas ferramentas fornecem possibilidades diversificadas de aquisição e fixação de aprendizagem com feedback imediato através de programas específicos.

A história da educação a distância no Brasil, remonta a fundação do Instituto-Monitor em 1939 e depois veio o surgimento do Instituto Universal Brasileiro, em 1941, que ofertavam iniciação técnica profissionalizante sem a exigência de uma escolaridade anterior, onde várias experiências na modalidade a distância foram executadas com sucesso.

As experiências de governos e da iniciativa privada foram muitas e mobilizaram muitos recursos. Porém esses fatos não foram suficientes para gerar um clima de aceitação, tanto pela sociedade civil ou mesmo pelo mundo acadêmico. Para reparar as arestas e mudar essa realidade, o governo estabeleceu normas e leis para reger a educação a distância no Brasil e estabelecer padrões de qualidade nesse tipo de ensino.

Até o final do século XX a maioria das Instituições de Ensino Superior no Brasil, não tinha qualquer engajamento com a educação a distância. Somente nas décadas de 1970 e 1980 algumas ONG's e a iniciativa privada passaram a ofertar cursos supletivos a distância, baseado nos moldes da teleeducação, aulas via satélite com uso de antenas parabólicas e complementadas por material impresso e a partir da década de 1990 com o advento das novas tecnologias de comunicação e de informação é que as Instituições de Ensino Superior iniciaram a movimentação voltada para a educação a distância. Em 1994 a Internet iniciou sua expansão no mundo acadêmico e dois anos depois em 1996 surgiram as primeiras leis específicas para a modalidade no ensino superior.

Foi a promulgação da última reforma educacional brasileira através da Lei 9394/96 que possibilitou e normatizou a educação a distância no Brasil como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Foi a primeira vez que a educação a distância no Brasil se converteu em elemento formal na política de educação no Brasil, subsidiados no Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 transcrita a seguir:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. § 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância. § 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. § 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996).

A Lei nº 9.394/96 estabelecia ainda certa exigência de formação acadêmica com ensino superior concluído por todos os professores do Ensino Fundamental e Médio a partir de 2006. Esse fato gerou uma movimentação em torno da titulação/qualificação dos professores leigos que já estavam inseridos na profissão e a educação a distância despontou como ferramenta fundamental para o oferecimento de licenciaturas para esses profissionais

Para regulamentar o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, o MEC editou em 1998 os Decretos nºs 2.494 e 2.561, onde determinam o conjunto de instrumentos que normatizam os instrumentos e procedimentos a serem adotados pelas instituições para a obtenção de credenciamento e assim pudessem oferecer cursos de graduação na modalidade a distância. Em 2001 o Conselho Nacional de Educação edita a Resolução nº 01 que disciplina a oferta de pós-graduação a distância no Brasil e fixa padrões de qualidade para o reconhecimento dos cursos.

Para o MEC, os referenciais de qualidade não têm força de lei, mas servem para orientar as instituições que analisarão os projetos de cursos a distância, onde os itens básicos que merecem atenção das instituições que preparam cursos a distância são:

- a) Compromisso dos gestores;
- b) desenho do projeto;
- c) equipe profissional multidisciplinar;
- d) comunicação/interação entre os agentes;
- e) recursos educacionais;
- f) infraestrutura de apoio;
- g) avaliação contínua e abrangente;
- h) convênios e parcerias;
- i) transparência nas informações;
- j) sustentabilidade financeira.

Dessa forma, a CAPES tem procurado avaliar tanto as instituições que oferecem cursos a distância quanto os Pólos que recebem esses cursos de forma sistemática.

2.3 A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O Ministério da Educação criou em 2005 o sistema Universidade Aberta do Brasil.

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES-UAB), o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) não é uma instituição de ensino, mas sim, um sistema de articulação com as Universidades Federais e Estaduais que viabiliza a oportunidade de proporcionar ensino superior público, gratuito e de qualidade aos cidadãos de municípios de todas as regiões do Brasil.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) prioriza a formação de professores para a educação básica e para alcançar seus objetivos faz a articulação entre as instituições públicas de ensino superior, municípios e Estados para oferecer através da educação a distância, acesso para pessoas que por motivos diversos estão excluídas do processo educacional. Para tanto o Ministério da Educação criou em 2005 o sistema Universidade Aberta do Brasil com cinco eixos básicos, segundo a CAPES-UAB:

- a) Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- b) aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando a expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- c) a avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização em implementação pelo MEC;
- d) as contribuições para a investigação em educação a distância no país;
- e) o financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos para educação superior a distância.

O primeiro edital da UAB foi publicado em 2005, fato que permitiu a implantação dos primeiros pólos de apoio presencial e também foram selecionados os cursos ofertados pelas Universidades federais para compor a primeira etapa de funcionamento do programa UAB e durante esse período foram tomadas várias medidas de adaptação para oferta dos cursos superiores na modalidade a distância, como modelos pedagógicos básicos, credenciamento das instituições, autorização

dos cursos, capacitação de profissionais, dentre outros aspectos que ainda encontram-se em processo de adaptação.

O sistema Universidade Aberta do Brasil tem como objetivos o desenvolvimento da educação a distância no Brasil, interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil, além de ampliar o acesso a educação superior pública, ofertar cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores da educação básica dos estados, Distrito Federal e dos Municípios e apoiar as pesquisas e metodologia inovadoras de ensino superior com respaldo em tecnologias de informação e comunicação e pretende-se também atingir objetivos sócio-educacionais e estimular a criação de centros de formação permanentes através dos pólos de apoio presencial.

Para que possa oferecer cursos com qualidade e garantir a permanência dos alunos, a UAB vem realizando diversas ações como a implementação de pólos e cursos com respaldo da Direção Geral da UAB e Secretaria de Ensino a Distância, observando a localização geopolítica visando uma distribuição equilibrada em microrregiões e demandas efetivas de educação superior. Outra ação realizada é a composição de equipes de avaliadores externos para acompanhar e avaliar a implantação e a implementação dos cursos e dos pólos da UAB levando em conta os parâmetros de qualidade estabelecidos, onde os critérios de avaliação são amparados pelas ações de avaliação da CAPES e do INEP.

Para dar sustentação, suporte técnico e financeiro ao sistema UAB, o Presidente da República sancionou a Lei 11.502/2007 em 12 de julho de 2007 que ampliam as incumbências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes/MEC) e modifica suas competências e estrutura organizacional com o objetivo de usar a sua experiência e tradição na formulação de políticas públicas que visem a melhoria das práticas de formação de pesquisadores e docentes do ensino superior e também para a qualificação de professores de ensino básico e abarcou também a qualificação de gestores públicos.

Para o ministro da Educação, Fernando Haddad, essa mudança revela e intensifica a preocupação do Governo Federal em ver a educação como um todo e diz “não se pode focar uma etapa e relegar outras em segundo plano. O compromisso é com todos os níveis da educação. A Capes usará a sua experiência de mais de meio século na formação de mestres e doutores para atuar na política de formação

de professores do ensino básico”, como pode-se observar em entrevista para o site Mundo Acadêmico (<http://www.mundoacademico.unb.br>) em 06 de novembro de 2009.

Dentro da proposta apresentada na Lei nº 11.502/2007, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), passa a ser gerida pela Capes e apresenta o seguinte texto:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 2º e 6º da Lei no 8.405, de 9 de janeiro de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º A Capes subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. § 1º No âmbito da educação superior, a Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado. § 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas, observado, ainda, o seguinte: I – na formação inicial de profissionais do magistério, dar-se-á preferência ao ensino presencial, conjugado com o uso de recursos e tecnologias de educação a distância; II – na formação continuada de profissionais do magistério, utilizar-se-ão, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância. § 3º A Capes estimulará a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino (WWW.MUNDO JURÍDICO.ORG, 2009).

Com a assinatura desta Lei, a Capes, que era um organismo governamental específico para capacitação de pessoal para do ensino superior na modalidade presencial, passa então a utilizar toda sua estrutura e mecanismos para subsidiar a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento dos profissionais da educação usando os recursos e tecnologias através da Educação a Distância, fato que vem dar um maior suporte e credibilidade institucional a modalidade. Esta Lei ainda incumbe a Capes de estimular e valorizar o magistério em todos os níveis e modalidades de ensino. Pode-se ainda observar nesta que a Capes tem também a incumbência de fomentar os Estados, os municípios e o Distrito Federal a aderirem, a firmar convênios com o Ministério de Educação e instituições de ensino superior para capacitação de docentes.

2.3.1 Estrutura da CAPES

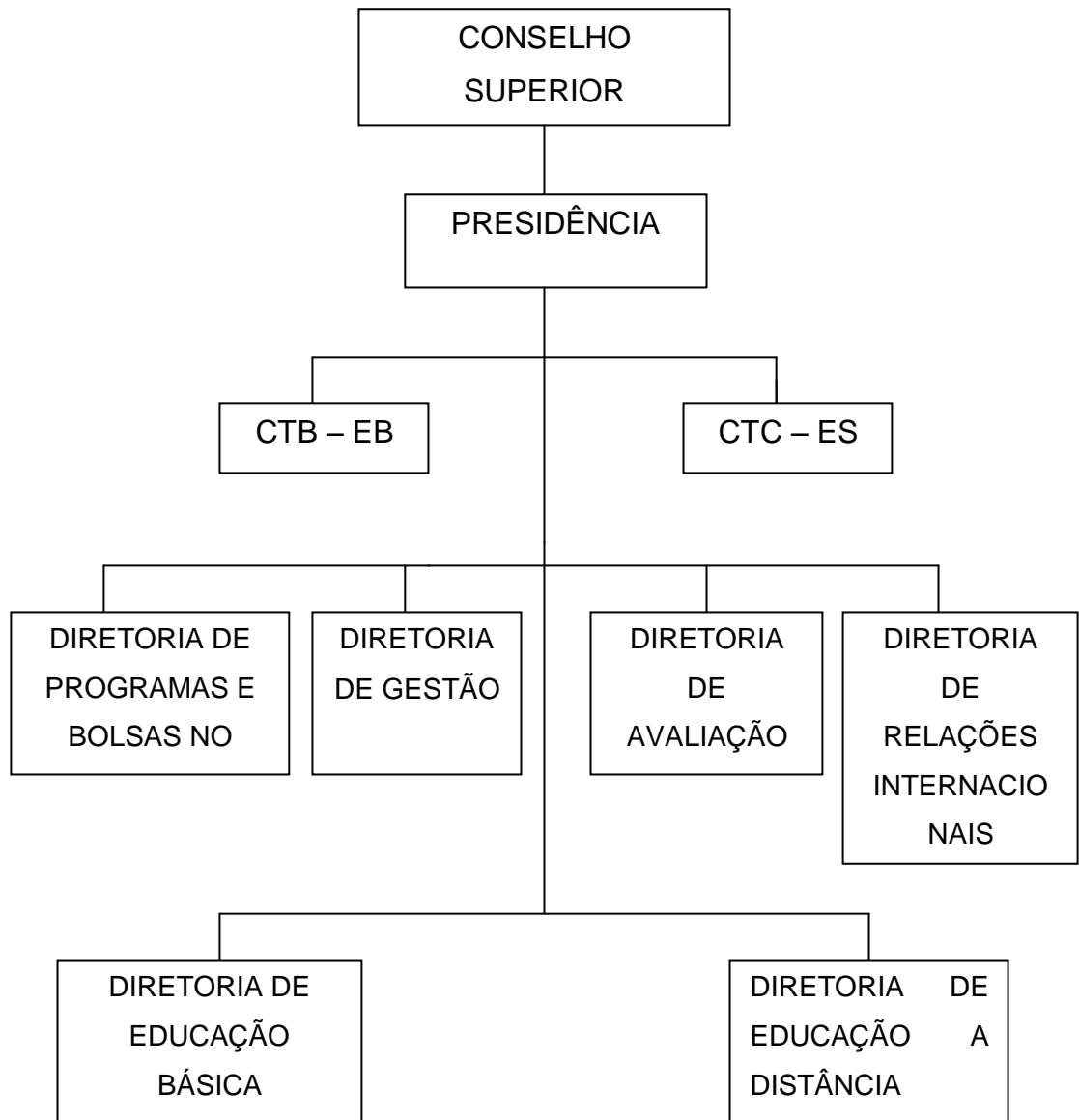


Figura 1 – Estrutura da CAPES
 FONTE: MEC, 2009.

2.3.2 Dados Atuais da Universidade Aberta do Brasil

Em entrevista ao site Mundo Acadêmico, Celso Costa, diretor de Educação a distância da CAPES, esclareceu que participam atualmente do sistema Universidade Aberta do Brasil, 74 Instituições de Ensino Superior sendo 45 Universidades

Federais, 18 Universidades Estaduais e 11 Institutos Federais de Educação Tecnológica, os antigos CEFETs.

São muitos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos através da UAB. De acordo com Celso Costa, são 418 cursos distribuídos em 557 pólos de apoio presencial e aproximadamente 170.000 alunos matriculados. Os pólos de apoio presencial da UAB estão distribuídos da seguinte forma pelo Brasil:

- a) 45 pólos no Centro-oeste;
- b) 85 pólos no Norte;
- c) 178 pólos no Nordeste;
- d) 152 pólos no Sudeste;
- e) 97 pólos no Sul.

3.3. Forma de Articulação Entre UAB, Instituições de Ensino Superior e Pólos

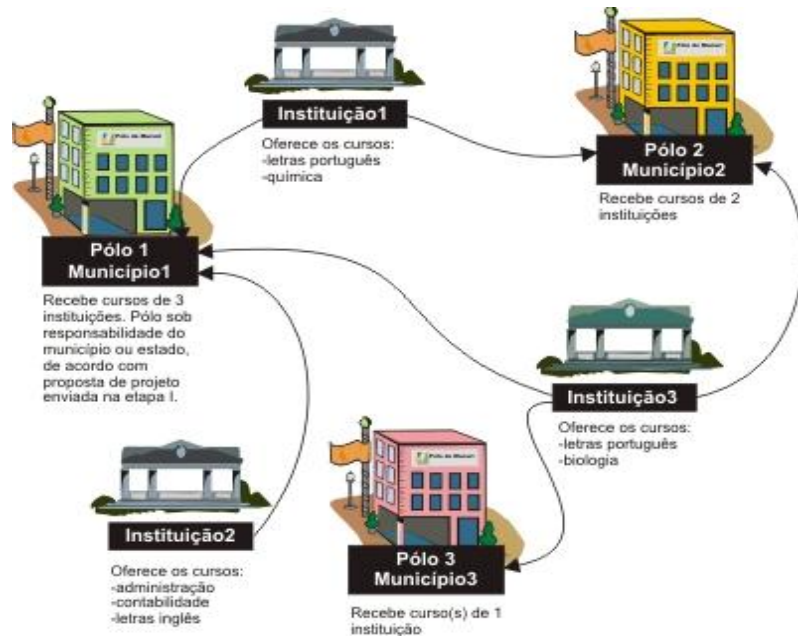


Figura 2 – Forma de Articulação Entre UAB, Instituições de Ensino Superior e Pólos

FONTE: www.uab.capes.gov.br, 2009

2.3.4 Plano Nacional de Formação de Professores

A UAB incorporou também o Sistema de Gestão da Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério, um sistema criado pelo Governo Federal

que faz parte do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) e pretende formar, a partir de 2009 através da Plataforma Paulo Freire, cerca de 230.000 professores da Educação Básica, sem formação inicial, cerca de 100.000 professores com Licenciatura atuando fora de sua área e aqueles que possuem apenas Bacharelados e estão atuando em áreas afins.

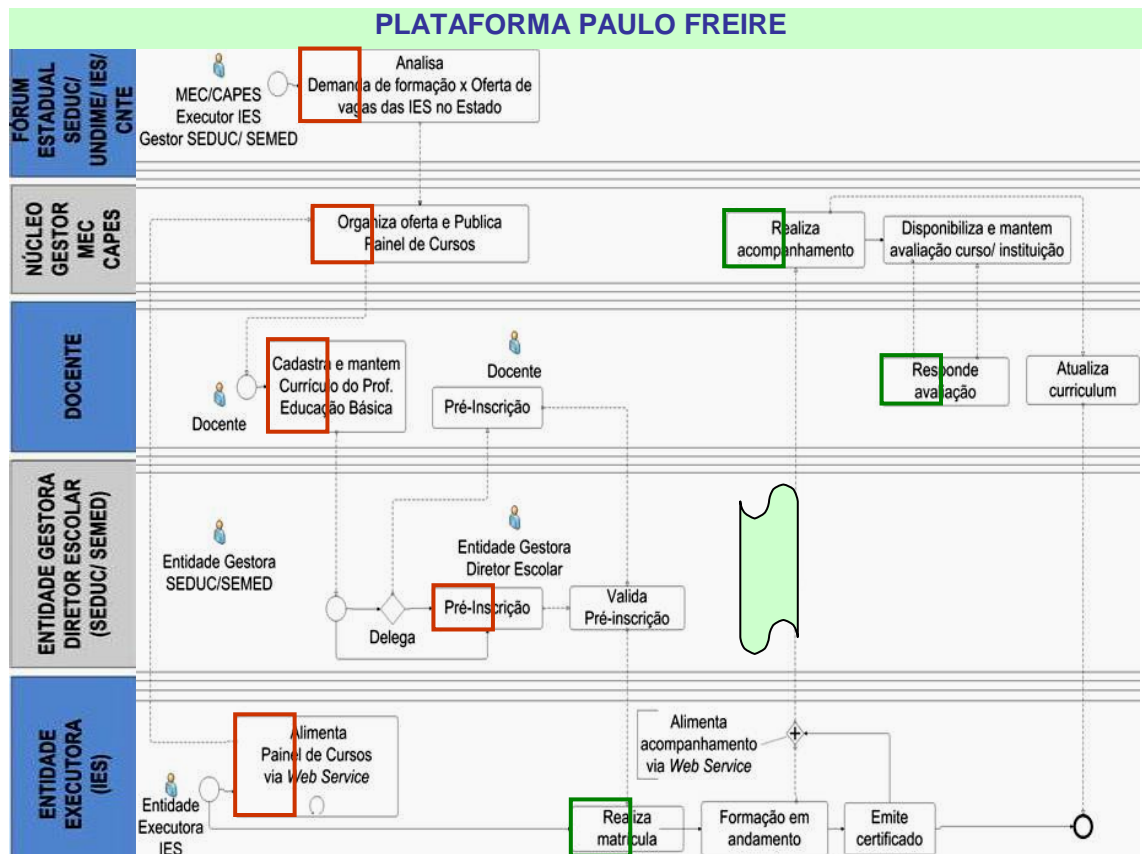


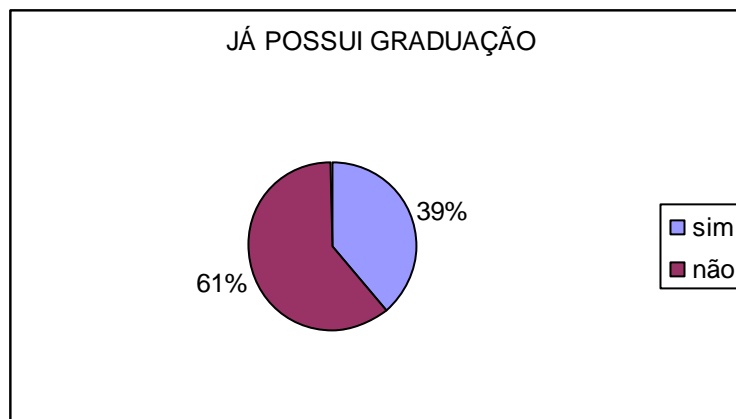
Figura 3 – Plataforma Paulo Freire

FONTE: www.uab.capes.gov.br, 2009

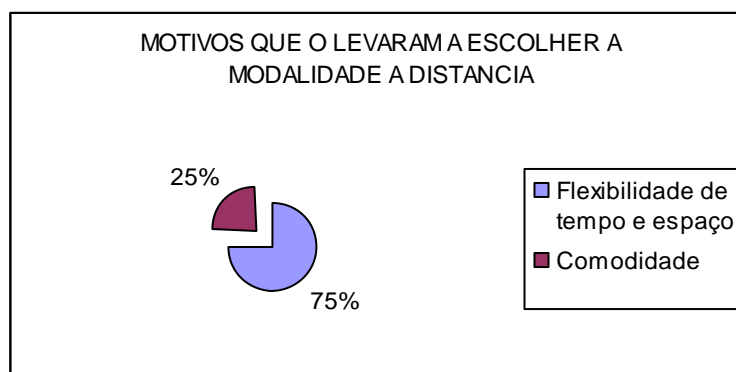
Observa-se assim, que o sistema Universidade Aberta do Brasil pode ser um marco na solução definitiva do problema da carência de professores da educação básica, bem como na democratização do acesso dos jovens à educação superior pública, gratuita e de qualidade.

3 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Analisando as respostas dadas pelos alunos do 2º Ano de Pedagogia na modalidade a distância, oferecido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) ao Pólo da Universidade Aberta do Brasil em Siqueira Campos – Paraná pode-se observar que 61% deles estão realizando sua primeira Graduação e 39% já possuem outro curso superior.



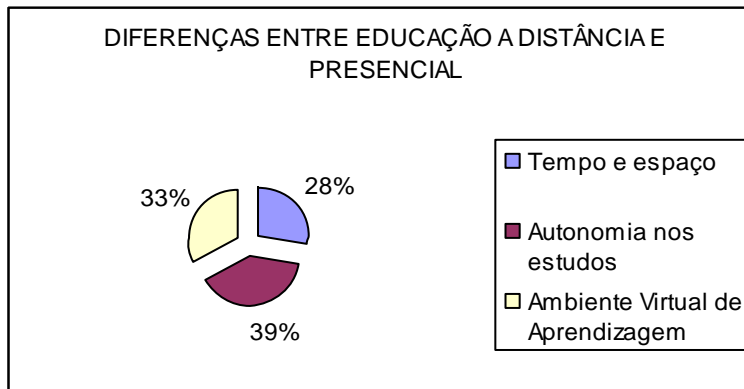
Segundo mostram os questionários, os motivos que levaram os acadêmicos a escolherem a modalidade a distância para completarem sua graduação, a maioria cita como principais agentes de influência a flexibilidade de tempo e espaço para a realização de seus estudos, uma vez que não é necessário frequentar as salas de aulas diariamente. Fala-se aqui em sala de aula no sentido físico ou edificação, pois, podem contar com a comodidade de utilizar os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) em suas casas, trabalho e Pólo. É citado também como fator de influência a dificuldade em frequentar as aulas diariamente, características do ensino presencial.



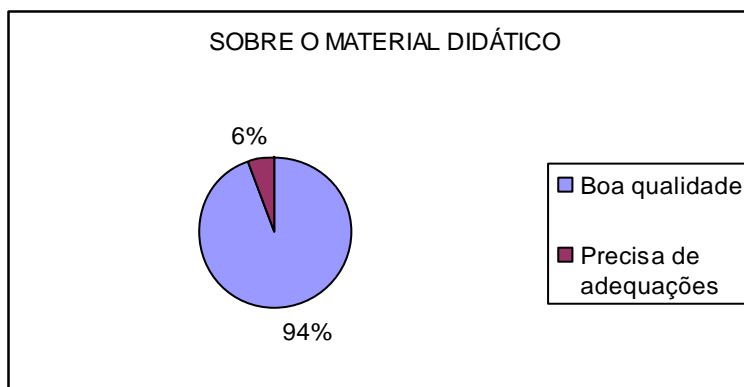
Quando foi questionado sobre a importância da modalidade de Educação a Distância no Brasil atualmente, relatou-se a oportunidade de verem seu sonho de cursar o ensino superior e afirma-se também que esta é a melhor forma encontrada

para que grande parte da população que, por motivos diversos estão ou ficaram a margem do sistema universitário brasileiro e neste momento, só não estuda quem não tem interesse mesmo.

Sobre as principais diferenças entre o ensino na modalidade presencial e a distância, os alunos fizeram referência ao tempo e ao espaço, ou seja, no ensino a distância, a aprendizagem não ocorre no mesmo momento e no mesmo lugar para todos, não é necessário que os acadêmicos e professores estejam agrupados em um espaço físico no mesmo instante para que a aula aconteça e o conhecimento se construa, o aluno tem autonomia e independência para gerenciar seus estudos, porém, ressaltam que para que alcançar resultados efetivos o aluno deve ter responsabilidade e disciplina.



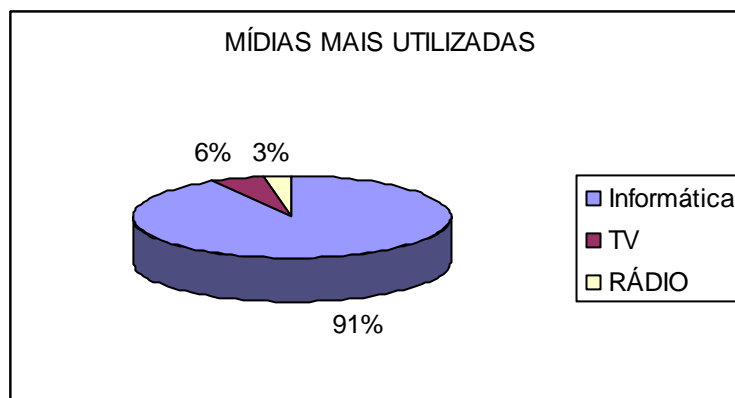
Os acadêmicos foram questionados também sobre a qualidade do curso que estão realizando e a importância dele na sua formação acadêmica sendo que, foram unânimes no nível de satisfação positiva, citando que gostam do curso, salientam a modalidade a distância como exigente com aluno que deve ter a pesquisa como aliada constante do acadêmico e citam ainda que o material didático disponível é de boa qualidade, suprem as necessidades para atingir os objetivos propostos.



Em relação à eficiência e a importância da formação de professores intermediada pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), os acadêmicos enfatizam que a modalidade de educação a distância é importantíssima, pois, dá a oportunidade a muitas pessoas que por variados motivos, não tiveram a chance de frequentar o ensino superior, possibilita aos professores que já estão atuando, mas não possuem formação, estar em constante aperfeiçoamento e declaram ainda que o sucesso dependerá dos esforços e da força de vontade de cada um dos alunos. Relatam que falhas ainda existem na modalidade e cabe aos próprios acadêmicos cobrar dos responsáveis as adequações necessárias.

Quanto à função e importância das mídias no processo de ensino e aprendizagem na modalidade a distância, os alunos questionados foram unânimes tanto no que se refere à função quanto à importância das mídias.

Sobre a função das mídias, destacam o fato de ser um curso a distância e não ter um professor presente, as mídias têm o poder de substituí-los através de várias possibilidades síncronas e assíncronas como vídeo-aulas, webconferências, fóruns, rádio e também citam os ambientes virtuais de aprendizagem com suas ferramentas como poderosas e eficientes formas de assessorá-los e auxiliá-los nos seus estudos. Quanto a importância, os alunos salientam que as mídias são fundamentais, cruciais e muito eficientes e que são elas que dão o suporte necessário para uma aprendizagem sólida e de qualidade.



Quando questionados sobre a mídia mais eficiente utilizada pelo curso de Pedagogia, novamente os alunos foram unânimes em suas respostas. Eles afirmam que não podem citar uma apenas, pois, o conjunto das ferramentas que as várias mídias dispõem é que dão o norte para o desenvolvimento de seus estudos, estimulam sua criatividade e autonomia na busca do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Educação a Distância atualmente, tem repercutido em grande escala na esfera educacional e social em consequência de um conjunto de modificações tecnológicas sem precedentes e está suscitando inúmeras transformações em nossa sociedade e conduzindo-nos a repensar a prática pedagógica e a formação de docentes. Enquanto profissionais da educação, não podemos ficar excluídos dos debates que envolvem a EaD, tendo em vista que é evidente que nenhuma sociedade pode permitir-se excluir milhares de pessoas de suas instituições de formação acadêmica.

Quanto mais as novas tecnologias de informação e comunicação se tornam elementos de nossa cultura, mais elas têm obviamente que ser incorporadas aos processos escolares de ensino e de aprendizagem.

Enfim, ressalta-se aqui que, a EaD não é uma metodologia de ensino, mas uma modalidade, que em momento algum exclui a presencial nem quer colocar-se como substitutiva. Ela é sim, mais uma possibilidade que deve ser oferecida à comunidade, para que ela realmente tenha acesso ao saber, a um saber socialmente produzido e da qual a grande maioria da população fica excluída.

REFERÊNCIAS

ARETIO, Lorenzo Garcia. **Aprender a Distância**. Instituto Universitário de Educação a Distância. Madrid, 1997.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Brasília: Diário Oficial da União, 1998.

_____. Lei nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2008.

HOLMBERG, B. **Distance Education**. NY: Nichols Publishing Co., 1977.

<<http://uab.capes.gov.br/atuab/mod/resource/view.php?id=3261>>. Acesso em: 15 set. 2009.

<<http://www.forumjuridico.org/lei-8405.html>>. Acesso em: 7 nov. 2009.

<<http://www.mundoacademico.unb.br/conteudos/?cod=118438496511430581417>>. Acesso em: 6 nov. 2009.

<<http://salaconvivio.com.sapo.pt/comunicacoes/reitora200203.html>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

MOORE, M. e KEARSLEY, G. **Distance education: a systems view**. Belmont (USA): Wadsworth Publishing Company, 1996.

MORAN. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/eadsup.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

NUNES, Ivônio Barros. **Noções de educação a distância**. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/~ined/ivoniol.html>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

PETERS, O. **Die didaktische Struktur des Fernunterrichts. Untersuchungen zu einer industrialisierten Form des Lehrens**. Weinheim: Beltz, 1973

PIMENTEL, Nara. **Fundamentos da Educação a Distância**. In. CRISTIANO, Costa Cargemon Vieira; ROSSI, Leila Lisiane; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). **EaD, Tecnologia e Formas de Linguagem**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

TAVARES. Disponível em:
<<http://salaconvivio.com.sapo.pt/comunicacoes/reitora200203.html>>. Acesso em: 18
ago. 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

1 – Qual série da graduação em Pedagogia cursando?

2 – Você já possui uma graduação em outra área? Se positivo, qual?

3 – O que levou você a escolher uma graduação na modalidade a distância?

4 – Qual é a importância da Educação a Distância no Brasil atualmente? Dê seu parecer a respeito?

5 – Em sua opinião, quais são as principais diferenças entre a modalidade presencial e a distância?

6 – Como você descreveria o seu curso no que se refere a qualidade dele para sua formação acadêmica?

7 – Como você vê a modalidade de Educação a Distância intermediada pelo sistema Universidade Aberta do Brasil, na formação de professores? Ela é eficiente se comparada com a modalidade presencial?

8 – Qual é a função das mídias e sua importância no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade à distância?

9 – Entre as mídias utilizadas no seu curso, você poderia citar qual delas é a mais eficiente?